



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ADENDO

ADENDO MODIFICADOR I

CHAMAMENTO PUBLICO N.º 101/2021/SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0036.465652/2021-11/SESAU/RO

OBJETO: Aquisição emergencial por dispensa de licitação de materiais de consumo "TELAS CIRÚRGICAS E DISPOSITIVOS DE FIXAÇÃO" (Materiais Médico-Hospitalares - Dispositivo de fixação, Dispositivo para reparo de hérnia inguinal, Dispositivo para reparo de hérnia umbilical, Telas cirúrgicas, Tela separadora de tecidos e outros), para atendimento das necessidades desta Secretaria no intuito de se realizar os diversos procedimentos cirúrgicos.

A Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL, através da Pregoeira nomeada na Portaria **N.º 35/SUPEL-CI, publicada no DOE do dia 31 de março de 2021**, torna público aos interessados e, em especial, às empresas que adquiriram os anexos, que **o Termo de Referência e a SAMS sofreram alterações conforme segue:**

I - Ficam EXCLUIDOS dos anexos deste CHAMAMENTO PUBLICO, os seguintes documentos publicados junto ao Aviso de Chamamento Público:

1. Termo De Referencia
2. SAMS.

II – Ficam INCLUIDOS, aos anexos deste CHAMAMENTO PUBLICO, o novo TERMO DE REFERENCIA e nova SAMS, publicados juntamente a este ADENDO MODIFICADOR.

III - Fica alterada a data de abertura da sessão conforme abaixo:

Data de Abertura: 19/11/2021 às 13h00min (horário de Brasília – DF).

Endereço: supel.omega@gmail.com

IV- Prevalecem inalteradas os demais anexos deste CHAMAMENTO.

Eventuais dúvidas poderão ser sanadas junto a Pregoeira e à Equipe de Apoio através do telefone (69) 3212-9270 ou pelo email: supel.omega@gmail.com

Porto Velho - RO, 11 de novembro de 2020.

MARIA DO CARMO DO PRADO
Pregoeira ÔMEGA/SUPEL
Mat. 300131839



Documento assinado eletronicamente por **Maria do Carmo do Prado, Pregoeiro(a)**, em 11/11/2021, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0022017547** e o código CRC **F8CF6AFE**.

Referência: Caso responda este(a) Adendo, indicar expressamente o Processo nº 0036.465652/2021-11

SEI nº 0022017547



Secretaria de Estado da Saúde - SESAU

TERMO DE REFERÊNCIA**1. IDENTIFICAÇÃO:**

- 1.1. **Unidade Orçamentária:** Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO;
- 1.2. **Modalidade do Certame:** Dispensa de Licitação - Contratação Emergencial - Chamamento Público.
- 1.3. **Interessado Principal:** Unidades de Saúde Estaduais (Hospitalares, Ambulatoriais e Administrativas).
- 1.4. **Interessado Solidário:** Central de Abastecimento Farmacêutico de Materiais Hospitalares - CAFII.

2. DA BASE LEGAL

O presente Termo de Referência está fundamentado nos diversos dispositivos normativos e regulamentares abaixo relacionados:

- 2.1. **Constituição Federal, arts. 196 a 200**, que tratam da saúde como *direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação*;

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197: Cabe ao poder público regulamentar, fiscalizar e controlar o sistema de saúde, devendo sua execução ser feita diretamente ou por meio de terceiros.

Art. 198: As ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema único organizado pelas seguintes diretrizes: descentralização e atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas. O Sistema Único de Saúde será financiado com recursos da Seguridade Social, da União, dos estados e dos municípios e outras fontes.

Art. 199: A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, que poderá complementar o SUS.

- 2.2. **Constituição Federal, art. 37, XXI**, que define o processo licitatório público como regra para a contratação de obras, serviços, compras e alienações por parte da Administração Pública mediante processo licitatório, ressalvados os casos especificados na legislação.

- 2.3. **Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações), art. 24, IV**, que prevê a dispensa de licitação *nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos*;

- 2.4. **Lei nº 8.080/1990**, que *dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências*;

- 2.5. **Lei nº 13.979/2020 e Medida Provisória nº 1.026 de 02 de janeiro de 2021** que *Dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária e treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19*.

- 2.6. **Decreto nº 24.887/2020**, que declara Estado de Calamidade Pública em todo o território do Estado de Rondônia, para fins de prevenção e enfrentamento à pandemia causada pelo novo Coronavírus - COVID-19, mantido pelo **Decreto nº 25.470/2020** e prorrogado até o dia 30/06/2021 nos termos do **Decreto Legislativo nº 1.213/2020**;

- 2.7. **Portaria nº 188/2020**, do Ministério da Saúde, que *declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)*;

- 2.8. **Portaria nº 63/2020**, da Controladoria Geral do Estado de Rondônia - CGE/RO, que *orienta, traça diretrizes e alerta as unidades administrativas orçamentárias acerca de procedimentos e boas práticas de instrução, governança e transparência relacionadas a eventuais contratações diretas, por emergência ou calamidade pública, com fulcro no art. 24, IV, da Lei n. 8.666/93, bem como as motivadas pela declaração de calamidade pública dispostas no art. 18 do Decreto Estadual 24.887/2020*;

- 2.9. **Nota Técnica n. 01-SGCE-2020** - Do TCE/RO orientações visando facilitar ações dos governos Estadual e Municipais diante da crise do Covid-19, e como forma de possibilitar maior agilidade e segurança jurídica (disponível em tcero.tc.br).

- 2.10. **Decisão TCU nº 347/1994**, em que ficou estabelecido que para caracterização de situação adversa dada como emergência ou calamidade pública, além de concreto e efetivamente provável, o risco deve se mostrar iminente e gravoso, e que deve ficar configurado que a contratação emergencial é o meio adequado, efetivo e eficiente de afastar o risco iminente detectado.

- 2.11. **Parecer Referencial nº 01/2020 - PGE RO (0010860152)**, a ser utilizado pelos órgãos da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia com a finalidade de instruir e orientar juridicamente nos processos de dispensa de licitação para compras (aquisição de bens, serviços e insumos de saúde) destinadas ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional e calamidade pública decorrente do Coronavírus (COVID-19), com fundamento na Lei Federal nº 13.979/2020 e para contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao sinistro de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres em razão do Decreto nº 24.887, de 20 de março de 2020;

- 2.12. **Aplicação do Art. 8º do Decreto Estadual nº 21.675/2017 e da Lei Complementar 123/2016** - Neste certame **não serão** concedidos os benefícios de até 25% (vinte e cinco por cento) por item, para pequenas empresas, conforme Artigo 8º e parágrafos, do Decreto Estadual 21.675/2017 e Lei Complementar nº 123/2006, quanto a previsão legal de cota para empresas ME/EPP, constantes deste Termo de Referência (TR)

3. DO OBJETO E OBJETIVO**3.1. Do Objeto:**

- 3.1.1. O presente Termo de Referência visa a aquisição emergencial por dispensa de licitação de materiais de consumo "**TELAS CIRÚRGICAS E DISPOSITIVOS DE FIXAÇÃO**" (Materiais Médico-Hospitalares - Dispositivo de fixação, Dispositivo para reparo de hérnia inguinal, Dispositivo para reparo de hérnia umbilical, Telas cirúrgicas, Tela separadora de tecidos e outros) para atendimento das necessidades desta secretaria no intuito de se realizar os diversos procedimentos cirúrgicos.

3.1.2. O materiais estão descritos no **Relatório Posição de Estoque - Saldo Atual (SEI nº 0021206705)**, no **Relatório de Distribuição Entre as Unidades (SEI nº 0021206706)** e na **SAMS SESAU-CAFIINP (SEI nº 0021206707)**, visam atendimento das demandas instadas no processo **0036.418209/2021-51**. O pleito em tela visa atender as necessidades e demandas das Unidades de Saúde Hospitalares, unidades estas gerenciadas pela Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia.

3.1.3. A Secretaria de Estadual da Saúde (SESAU/RO) não se obriga a adquirir itens relacionados dos licitantes vencedor, podendo até realizar licitação específica para aquisição do objeto, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, respeitadas as legislações relativas às licitações e contratos.

3.1.4. Os materiais/produtos em voga serão adquiridos gradativamente, de acordo com as necessidades desta secretaria.

3.2. Do Objetivo:

3.2.0.1. Aquisição de materiais/produtos/insumos pelo período não superior a 180 (cento e oitenta) dias para abastecimento das necessidades e demandas das unidades de saúde estaduais, além de atender os usuários da Rede SUS/RO.

3.2.0.2. Ofertar materiais/produtos e insumos médico-hospitalares as unidades de saúde estaduais, para que os profissionais e colaboradores da saúde possam primeiramente estarem paramentados, protegidos e equipados para realização dos atendimentos, intervenções e apoio. Bem como, dar-lhes condições de trabalho corretas e seguras para que possam proceder os atendimentos aos usuários da rede SUS/RO com eficácia, segurança e presteza.

3.3. Das Especificações Técnicas/Quantidades do Objeto:

3.3.1. Conforme a especificação e estimativa de quantidades aproximadas de consumo para 120 dias, constante na planilha abaixo, com quantidades idênticas às constantes na **SAMS SESAU-CAFIINP (0021438290)**:

ESPECIFICAÇÃO e ESTIMATIVA de CONSUMO				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	UND	Quantidade Baseada no Nº Solicitado Cruzado com o Nº de Cirurgias Previstas	Margem de s Multir Cirurgias
1	DISPOSITIVO DE FIXAÇÃO 5MM C/ 25 GRAMPOS ABSORVÍVEIS EM POLIDIOX.	UNIDADE	512,00	665
2	DISPOSITIVO REPARO HÉRNIA INGUINAL, 100% POLIPROP. COMP: TELA ANTERIOR (4,5 x 10 CM); POSTERIOR DIÂM. 10 CM; CONECTOR (1,9 x 1,3 CM).	UNIDADE	52,63	68,
3	DISPOSITIVO REPARO HÉRNIA INGUINAL, 100% POLIPROP. COMP: TELA ANTERIOR (4,5 x 10 CM); POSTERIOR DIÂM. 7,5 CM; CONECTOR (1,9 x 1,3 CM).	UNIDADE	52,63	68,
4	DISPOSITIVO REPARO HÉRNIA UMBILICAL, PARC. ABS., DIÂM. 4,3 CM, COMP: TELA POLIPROP. C/ CAMADAS DE POLIDIOX. E CELULOSE OXID. REGENERADA	UNIDADE	34,72	45,
5	DISPOSITIVO REPARO HÉRNIA UMBILICAL, PARC. ABS., DIÂM.: 6,4 CM, COMP: TELA POLIPROP. C/ CAMADAS DE POLIDIOX. E CELULOSE OXID. REGENERADA	UNIDADE	37,25	48,
6	DISPOSITIVO FIXAÇÃO TELAS REPARO CONVENCIONAL HÉRNIAS PAREDE ABDOM.; HASTE APROX 19 CM DE COMP, ANGULAÇÃO 30°; 20 GRAMPOS ABS. VIOLETA, COMPOSTOS DE POLIDIOX., GLICOLIDA E LACTIDA, FORMATO DUPLA ÂNCORA DE 7,2MM DE COMP.	UNIDADE	35,88	46,
7	TELA PLANA 100% POLIPROP. MONOFILAM., NÃO ABS. E SINTÉTICO, ALONGAMENTO PRÓPRIO AMBOS SENTIDOS, A SER CORTADA SEM DESFIAR; 7,5 X 15 CM.	UNIDADE	53,24	69,
8	TELA PLANA 100% POLIPROP. MONOFILAM., NÃO ABS. E SINTÉTICO, ALONGAMENTO PRÓPRIO AMBOS SENTIDOS, A SER CORTADA SEM DESFIAR; 15 X 15 CM.	UNIDADE	50,65	65,
9	TELA PLANA 100% POLIPROP. MONOFILAM., NÃO ABS. E SINTÉTICO, ALONGAMENTO PRÓPRIO EM AMBOS OS SENTIDOS, A SER CORTADA QUALQUER FORMA SEM DESFIAR; 30 X 30 CM.	UNIDADE	31,47	40,
10	TELA PLANA DE 50% POLIPROP. MONOFILAM. NAO ABSORVIVEL E 50% POLIGLEC. ABSORVIVEL, 15 X 15 CM.	UNIDADE	63,95	83,
11	TELA PLANA DE 50% POLIPROP. MONOFILAM. NAO ABSORVIVEL E 50% POLIGLEC. ABSORVIVEL, 30 X 30 CM.	UNIDADE	34,62	45,
12	TELA PLANA DE 50% POLIPROP. MONOFILAM. NAO ABSORVIVEL E 50% POLIGLEC. ABSORVIVEL, 6 X 11 CM.	UNIDADE	47,25	61,
13	TELA SEP. TECIDOS REPARO CONVENCIONAL HÉRNIAS PAREDE ABDOM.; POLIPROP. BAIXA GRAM. E POLIDIOX., POROS APROX 2.4MM, REVES. FACE VISCERAL FILME ABS. DE POLIGLEC. 25, BOLSO P/ FIXAÇÃO. TELA HEXAGONAL 20 x 30CM.	UNIDADE	17,76	23,
14	TELA SEP. TECIDOS P/ REPARO CONVENCIONAL HÉRNIAS PAREDE ABDOM.; POLIPROP. BAIXA GRAM. E POLIDIOX., POROS APROX 2.4MM, REVES. FACE VISCERAL FILME ABS. DE POLIGLEC. 25, BOLSO P/ FIXAÇÃO. TELA HEXAGONAL 25 x 37,5CM.	UNIDADE	18,12	23,
15	TELA SEP. TECIDO PARC. ABS., POLIDIOX., CELULOSE OXID. REGENERADA, POLIPROP. BIOCAMP.; 15 X 15 CM, EMB. PRIM. ALUMINIZADA	UNIDADE	34,26	44,
16	TELA SEP. TECIDO PARC. ABS., DE POLIDIOX., CELULOSE OXID. REGENERADA, POLIPROP.. BIOCAMP.; 30,5 X 30,5 CM, EMB. PRIM. ALUMINIZADA	UNIDADE	23,75	30,
17	TELA POLIÉSTER MULTIFIL. DUPLA FACE BARREIRA ABS. PARA PREVENÇÃO DE ADERÊNCIAS EM CIRURGIAS INTRAPERITONEAIS. TELA DE POLIÉSTER MULTIFILAMEN. TRIDIMENS. P/ REFORÇO PAREDES, REVES. C/ PELÍCULA ABS., CONTÍNUA E HIDRÓFILA EM UMA FACE. 15 X 15 CM.	UNIDADE	34,97	45,
18	TELA POLIÉSTER MULTIFILAMENTAR DUPLA FACE C/ BARREIRA ABS. P/ PREVENÇÃO ADERÊNCIAS CIRURGIAS INTRAPERITONEAIS. TELA DE POLIÉSTER MULTIFILAMENTAR TRIDIMENSIONAL P/ REFORÇO PAREDES, REVES. C/ PELÍCULA ABS., CONTÍNUA E HIDRÓFILA EM UMA FACE; 30 X 20 CM.	UNIDADE	23,09	30,

4. DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

4.1. Do Interesse Público na Despesa:

4.2. **Considerando** que as ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o SUS é desenvolvido de acordo com as diretrizes previstas no artigo 198 da Constituição Federal vigente, obedecendo ainda princípios organizativos e doutrinários tais como: a Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a Integralidade de assistência, a Equidade, a Descentralização político-administrativa com direção única em cada esfera de governo, a conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da união dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população e a garantia da participação da comunidade;

4.3. **Considerando** que o Ministério da Saúde publicou o Protocolo de Manejo Clínico para o Novo Coronavírus (https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/protocolo_manejo_coronavirus_ms.pdf), neste protocolo estão descritas as medidas assistenciais necessárias, bem como a indicação de Equipamentos de proteção Individuais necessários de acordo com o nível de contato e risco de contaminação

referenciando a Nota Técnica nº 04/2020 - GVIMS/GGTES/ANVISA (atualizada em 27/10/2020) (<https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/alertas/item/covid-19>).

4.4. **Considerando** a necessidade de se utilizar o material Basicamente, a **tela cirúrgica** se trata de um dispositivo plano, semelhante a um pedaço de tecido, muito resistente, que é utilizado para fortalecer os tecidos naturais do paciente e impedir o reaparecimento da hérnia. **tela para hérnia abdominal** é feita de um material resistente e sintético, chamado polipropileno, e é utilizada principalmente na prevenção e reparação de **hérnias**, retenção de órgãos e defeitos na parede **abdominal**.

4.5. A **tela** é um dispositivo colocado durante a correção da **hérnia** para reforçar as estruturas do abdome e impedir que a **hérnia** volte a aparecer após a cirurgia. Ela fica permanentemente dentro do corpo. É feita de material sintético (polipropileno) especificamente para esse uso.

4.6. **Considerando** que como parte das medidas adotadas para se diminuir os números de pessoas na filas de espera das cirurgias eletivas, como a escolha do Hospital de Campanha - antigo Regina Pacis, para se colaborar na realização de cirurgias eletivas, que anteriormente seriam realizadas no Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro. Mas, devido ao grande número de pessoas na fila de espera, fora escolhido novo nosocômio para se colaborar na realização dos procedimentos, tornando-se mais célere a diminuição das filas de espera, conforme [Mutirão de cirurgias ortopédicas acontece no domingo \(1º\), em Porto Velho](#)

4.7. Estas medidas, por si só, tornam notório o significativo aumento no consumo de insumos hospitalares diversos, superando quaisquer estimativas anteriormente programadas para dispensamento desses itens, especialmente no que se refere aos materiais desta natureza, são de fundamental importância no atendimento de pacientes com diversos agravos e doenças, em especial neste momento de diminuição dos números de casos de COVID-19 (Coronavírus), onde irão ser reassumidas as cirurgias eletivas no estado, conforme [Secretaria de Saúde de RO retoma cirurgias bariátricas na segunda-feira - Pacientes voltam a ser atendidos no Hospital de Base, em Porto Velho. Serviço estava suspenso desde 2020.](#)

4.8. **Considerando** que desde o início da pandemia, os insumos básicos necessários para fazer frente ao novo vírus se tornaram escassos praticamente ao mesmo tempo em todo o mundo. Itens tradicionalmente encontrados facilmente no mercado internacional ficaram difíceis de encontrar e com preço muito acima do normal, o que afetou duramente os processos licitatórios, uma vez que a demanda extraordinária por determinados insumos causou profundas alterações em suas bases de preços.

4.9. Tratando-se especificamente dos item que é objeto do presente certame, podemos pontuar as dificuldades encontradas pela administração pública para aquisição de forma ordinária (processo licitatório convencional) devido aos seguintes fatos. Vejamos:

4.9.1. Neste sentido, verificando o informado por esta Diretora Executiva, **quanto à manifestação desta Central a respeito do pleito da unidade**, informando, ainda, se foram adotadas medidas administrativas para evitar o desabastecimento do insumo, a exemplo da solicitação de adesão de atas de registro de preços, empréstimo etc, enquanto não concluída a licitação.

4.9.2. Conforme outrora informado em análise mais detalhada, realizada por equipe técnica desta Central de Abastecimento Farmacêutico, verificamos que a exclusão dos itens mencionados do certame licitatório (Despacho 0018660187), não é viável para a administração. Pois, os dispositivos de fixação são utilizados juntamente com os dispositivo para reparo. Sendo assim retificamos o despacho CAFIINP 0018755913, solicitamos que os itens **(1 a 6; 12; 15 a 18)** voltem a ser licitados neste certame, **incluimos cotações de preços (0020700877, 0020700894, 0020783742, 0020820455e 0020891338) para os mesmo** e anexamos SAMS 0020629898, do processo licitatório ordinário 0036.303797/2019-13.

4.9.3. Informamos que em consulta ao Banco de Preços e em contato com nossos principais fornecedores, não verificamos ARP's aptas a serem aderidas como carona, devido aos saldos **insuficientes das mesmas**, por se tratarem de estados e/ou municípios de menor porte (poucas quantidades disponíveis para adesão); por se tratarem de ARP's com validade extremamente **próximas ao vencimento**; e por se tratarem de ARP's que não englobam todos os materiais solicitados. Ainda sim, destacamos, que não fomos motivados à realizar **empréstimos** para atendimento da demanda aqui instada.

4.9.4. Quanto a possibilidade de abertura de processo emergencial, com o intuito de colaborar com a demanda, informamos que as aquisições deveriam **utilizar os quantitativos informados na SAMS SESAU-CAFIINCO 0021187868**, considerando que a mesma está baseando suas quantidades no próprio **processo licitatório 0036.303797/2019-13**. Neste caso, consideramos ser prudente a compra para todas as unidades, não apenas à unidade solicitante nestes autos, para que o emergencial possa ter maior efetividade no cumprimento da sua finalidade. Assim sendo, consideramos um período de 4 meses de cobertura (considerando o levantamento¹ anual do processo **0036.303797/2019-13**), em detrimento às informadas no Memorando 59 (0020592809)

4.10. **Considerando** a imperiosa necessidade de manutenção ininterrupta e segura do abastecimento de insumos e materiais, especificamente a **TELAS CIRÚRGICAS E DISPOSITIVOS DE FIXAÇÃO" (Materiais Médico-Hospitalares - Dispositivo de fixação, Dispositivo para reparo de hérnia inguinal, Dispositivo para reparo de hérnia umbilical, Telas cirúrgicas, Tela separadora de tecidos e outros)** necessários às unidades hospitalares e ambulatoriais da Rede SUS em todo o Estado de Rondônia (Hospital de Base Ary Pinheiro - HBAP; Hospital e Pronto Socorro João Paulo II - HPSJPII; Hospital infantil Cosme Damião - HICD; Hospital de Medicina Tropical de Rondônia - CEMETRON; Policlínica Oswaldo Cruz - POC; Hospital Municipal de Urgência e Emergência de Cacoal – HEURO; Hospital Regional de Extrema - HRE; Hospital Regional de Burity - HRB; Hospital Regional de Cacoal - HRC; Hospital Regional de São Francisco do Guaporé - HRSFG; Centro de Diálise de Ariquemes - CDA; Centro de Diálise de Porto Velho - CDPVH; Serviço de Atendimento Domiciliar Multidisciplinar - SAMD; Gerência de Coordenação Estadual de Transplantes - GCETRO; Assistência Médica Intensiva 24 horas - AMI; Núcleo de Oftalmologia de Rondônia – NOR; Central Estadual de Reabilitação – CERO; Barco Social-Hospital Walter Bártolo; Centro de Atenção Psicossocial Estadual - CAPS; Serviço de Atendimento Multidisciplinar Domiciliar - SAMD), conforme solicitado por esta Secretaria, através do Despacho SESAU-GAB (0021199885)

4.11. **Considerando** ainda, o fato que a ausência da aquisição emergencial por dispensa de licitação dos os itens que são objeto do presente certame para atendimento das necessidades e demandas das unidades de saúde estaduais, pode trazer prejuízos irreversíveis tanto aos usuários quanto aos profissionais de saúde, uma vez que desabastecimento desses insumos expõe a riscos que podem levar a sérios problemas de saúde.

4.12. **Isto posto**, para superar os óbices supramencionados, manter o pleno funcionamento dos serviços de saúde, prover e garantir condições indispensáveis a saúde, esta SESAU/RO justifica esta aquisição emergencial por dispensa de licitação de materiais de consumo **TELAS CIRÚRGICAS E DISPOSITIVOS DE FIXAÇÃO" (Materiais Médico-Hospitalares - Dispositivo de fixação, Dispositivo para reparo de hérnia inguinal, Dispositivo para reparo de hérnia umbilical, Telas cirúrgicas, Tela separadora de tecidos e outros)** para atendimento das necessidades desta secretaria no intuito de se realizar os diversos procedimentos cirúrgicos.

4.13. Da Aquisição Emergencial por Dispensa de Licitação:

4.13.1. O art. 37, XXI, da Constituição Federal, determina a contratação de obras, serviços, compras e alienações por parte da Administração Pública mediante processo licitatório, **ressalvados os casos especificados na legislação.**

4.13.2. Ao regulamentar o dispositivo constitucional supracitado, a Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações), em seu art. 24, IV, prevê a dispensa de licitação nos seguintes termos:

Art. 24. É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

4.13.3. Já a Lei nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, admitia a dispensa de licitação de forma ainda mais objetiva em seu art. 4º.

4.13.4. A referida Lei, contudo, teve sua vigência encerrada em 31/12/2020 juntamente o Decreto Legislativo nº 06/2020, que reconhece a ocorrência do estado de calamidade pública para fins exclusivamente fiscais. Registre-se, apenas a título de informação, que o STF prorrogou certos dispositivos da norma em questão, em caráter liminar, até sua revogação pelo Poder Legislativo, contudo tal prorrogação não incluiu o art. 4º destacado acima.

4.13.5. Ressalta-se ainda a Medida Provisória nº 1.026 de 02 de janeiro de 2021, cujo dispositivo permite a celebração por dispensa de licitação para contratação de insumos :

Art. 2. Fica a administração pública direta e indireta autorizada a celebrar contratos ou outros instrumentos congêneres, com dispensa de licitação, para:

I - a aquisição de vacinas e de **insumos** destinados a vacinação contra acovid-19, inclusive antes do registro sanitário ou da autorização temporária de uso emergencial; e

II - a contratação de bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, treinamentos e outros bens e serviços necessários a implementação da vacinação contra a covid-19

4.13.6. Por outro lado, no âmbito do Estado de Rondônia o Estado de Calamidade Pública, instaurado pelo Decreto nº 24.887, de 20 de março de 2020 e mantido pelo Decreto nº 25.470 de 21 de outubro de 2020 e pelo Decreto Nº 26.134 DE 17/06/202, foi prorrogado o Estado de Calamidade Pública até o dia 30/06/2021 nos termos do Decreto Legislativo nº 1.213/2020. E, posteriormente, prorrogado novamente através do DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.241, DE 30 DE JUNHO DE 2021, até o dia 31 de dezembro de 2021. Vejamos:

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com o artigo 166 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Ficam prorrogados, até o dia 31 de dezembro de 2021, os efeitos do Estado de Calamidade Pública fixados pelo Decreto Legislativo nº 1.213, de 17 de dezembro de 2020.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 30 de junho de 2021.

Deputado ALEX REDANO

Presidente – ALE/RO

4.13.7. O referido Decreto nº 24.887/2020 prevê a dispensa de licitação no âmbito do Estado de Rondônia, em seu art. 19, nos seguintes termos:

Art. 19 Ficam dispensados de licitação, os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao sinistro de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir do reconhecimento da Calamidade Pública, vedada a prorrogação dos contratos.

Parágrafo único. A disposição constante no caput está de acordo com o inciso IV do art. 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

4.13.8. Nesse contexto, o critério previsto no art. 24, IV da Lei nº 8.666/93 bem como no art. 19 do Decreto nº 24.887/2020 se encontra devidamente atendido no presente caso, **tendo em vista que a contratação em tela visa impedir o iminente desabastecimento da Rede Pública de Saúde, com a consequente descontinuidade dos atendimentos resultando em gravíssimos prejuízos à saúde pública e em muitos casos até mesmo ao óbito de pacientes.**

4.14. Das Quantidades

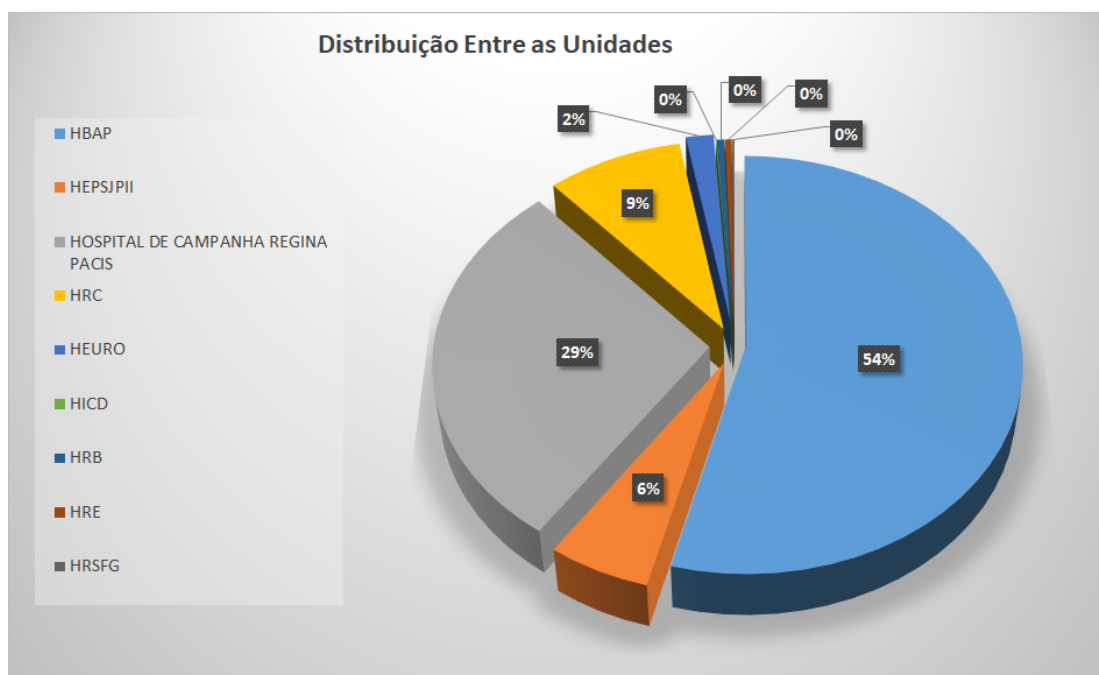
4.14.1. Da Metodologia de Cálculo para Estimativa das necessidades de Consumo:

4.14.1.1. A metodologia utilizada para estimar e quantificar os insumos a serem adquiridos, conforme tabela do item 3.3.1 foi a seguinte:

4.14.1.2. Utilizou-se a estimativa informada pelas unidades de saúde através do processo 0036.400042/2021-72 entre os dias 01/09/2021 e 15/09/2021, criado para esta finalidade. Verificando-se que as estimativas estavam previstas para o atendimento de 1 ano de cobertura, obtivemos que para cada unidade a quantidade necessária para cobertura de 120 dias (**4 meses**). **Vejamos:**

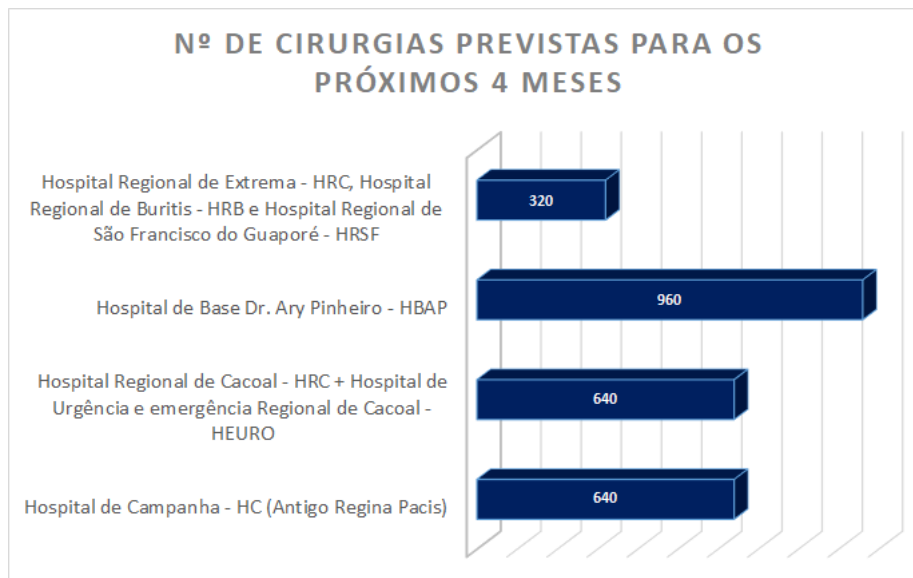
ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA	UND	HBAP	HEPSIPII	HOSPITAL DE CAMPANHA REGINA PACIS	HRC	HEURO	HICD	HRB	HRI
1	DISPOSITIVO DE FIXAÇÃO 5MM C/ 25 GRAMPOS ABSORVÍVEIS EM POLIDIOX.	UNIDADE	576	160	0	48	0	0	0	0
2	DISPOSITIVO REPARO HÉRNIA INGUINAL, 100% POLIPROP. COMP: TELA ANTERIOR (4,5 x 10 CM); POSTERIOR DIÂM. 10 CM; CONECTOR (1,9 x 1,3 CM).	UNIDADE	1536	200	2340	48	24	0	0	0
3	DISPOSITIVO REPARO HÉRNIA INGUINAL, 100% POLIPROP. COMP: TELA ANTERIOR (4,5 x 10 CM); POSTERIOR DIÂM. 7,5 CM; CONECTOR (1,9 x 1,3 CM).	UNIDADE	1536	200	2340	48	24	0	0	0
4	DISPOSITIVO REPARO HÉRNIA UMBILICAL, PARC. ABS., DIÂM. 4,3 CM, COMP.: TELA POLIPROP. C/ CAMADAS DE POLIDIOX. E CELULOSE OXID. REGENERADA	UNIDADE	1920	120	624	48	24	0	0	0
5	DISPOSITIVO REPARO HÉRNIA UMBILICAL, PARC. ABS., DIÂM.: 6,4 CM, COMP.: TELA POLIPROP. C/ CAMADAS DE POLIDIOX. E CELULOSE OXID. REGENERADA	UNIDADE	1920	320	624	48	24	0	0	0
6	DISPOSITIVO FIXAÇÃO TELAS REPARO CONVENCIONAL HÉRNIAS PAREDE ABDOM.; HASTE APROX 19 CM DE COMP, ANGULAÇÃO 30°; 20 GRAMPOS ABS. VIOLETA, COMPOSTOS DE POLIDIOX., GLICOLIDA E LACTIDA, FORMATO DUPLA ÂNCORA DE 7,2MM DE COMP.	UNIDADE	768	0	416	24	0	0	0	0
7	TELA PLANA 100% POLIPROP. MONOFILAM., NÃO ABS. E SINTÉTICO, ALONGAMENTO PRÓPRIO AMBOS SENTIDOS, A SER CORTADA SEM DESFIAR; 7,5 X 15 CM.	UNIDADE	1920	200	416	1440	192	0	20	8
8	TELA PLANA 100% POLIPROP. MONOFILAM., NÃO ABS. E SINTÉTICO, ALONGAMENTO PRÓPRIO AMBOS SENTIDOS, A SER CORTADA SEM DESFIAR; 15 X 15 CM.	UNIDADE	1920	400	832	720	96	0	20	4
9	TELA PLANA 100% POLIPROP. MONOFILAM., NÃO ABS. E SINTÉTICO, ALONGAMENTO PRÓPRIO EM AMBOS OS SENTIDOS, A SER CORTADA QUALQUER FORMA SEM DESFIAR; 30 X 30 CM.	UNIDADE	1152	400	624	240	48	0	12	4
10	TELA PLANA DE 50% POLIPROP. MONOFILAM. NAO ABSORVIVEL E 50% POLIGLEC. ABSORVIVEL, 15 X 15 CM.	UNIDADE	1920	320	2080	480	144	0	20	64
11	TELA PLANA DE 50% POLIPROP. MONOFILAM. NAO ABSORVIVEL E 50% POLIGLEC. ABSORVIVEL, 30 X 30 CM.	UNIDADE	1536	200	624	240	48	0	12	64
12	TELA PLANA DE 50% POLIPROP. MONOFILAM. NAO ABSORVIVEL E 50% POLIGLEC. ABSORVIVEL, 6 X 11 CM.	UNIDADE	1920	0	624	720	192	0	140	64
13	TELA SEP. TECIDOS REPARO CONVENCIONAL HÉRNIAS PAREDE ABDOM.; POLIPROP. BAIXA	UNIDADE	1152	0	208	20	16	0	0	0

	GRAM. E POLIDIOX., POROS APROX 2.4MM, REVES. FACE VISCERAL FILME ABS. DE POLIGLEC. 25, BOLSO P/ FIXAÇÃO. TELA HEXAGONAL 20 x 30CM.									
14	TELA SEP. TECIDOS P/ REPARO CONVENCIONAL HÉRNIAS PAREDE ABDOM.; POLIPROP. BAIXA GRAM. E POLIDIOX., POROS APROX 2.4MM, REVES. FACE VISCERAL FILME ABS. DE POLIGLEC. 25, BOLSO P/ FIXAÇÃO. TELA HEXAGONAL 25 x 37,5CM.	UNIDADE	1152	40	208	20	8	0	0	0
15	TELA SEP. TECIDO PARC. ABS., POLIDIOX., CELULOSE OXID. REGENERADA, POLIPROP. BIOCAMP.; 15 X 15 CM, EMB. PRIM. ALUMINIZADA	UNIDADE	1920	120	624	20	0	16	0	0
16	TELA SEP. TECIDO PARC. ABS., DE POLIDIOX., CELULOSE OXID. REGENERADA, POLIPROP.. BIOCAMP.; 30,5 X 30,5 CM, EMB. PRIM. ALUMINIZADA	UNIDADE	1152	60	624	20	0	16	0	0
17	TELA POLIÉSTER MULTIFIL. DUPLA FACE BARREIRA ABS. PARA PREVENÇÃO DE ADERÊNCIAS EM CIRURGIAS INTRAPERITONEAIS. TELA DE POLIÉSTER MULTIFILAMEN. TRIDIMENS. P/ REFORÇO PAREDES, REVES. C/ PELÍCULA ABS., CONTÍNUA E HIDRÓFILA EM UMA FACE. 15 X 15 CM.	UNIDADE	1920	20	624	144	48	0	0	0
18	TELA POLIÉSTER MULTIFILAMENTAR DUPLA FACE C/ BARREIRA ABS. P/ PREVENÇÃO ADERÊNCIAS CIRURGIAS INTRAPERITONEAIS. TELA DE POLIÉSTER MULTIFILAMENTAR TRIDIMENSIONAL P/ REFORÇO PAREDES, REVES. C/ PELÍCULA ABS., CONTÍNUA E HIDRÓFILA EM UMA FACE; 30 X 20 CM.	UNIDADE	1152	20	624	24	0	0	0	0



4.14.1.3. Após isto, no mesmo processo citado no item anterior, levantou-se as quantidades previstas para cada unidade relacionada às suas capacidades de realização de procedimentos. Neste caso, além do informado no processo 0036.400042/2021-72, considerou-se as informações tratadas na reunião ocorrida no gabinete desta secretaria, onde tratou-se sobre as previsões de retomada das cirurgias eletivas paralisadas em virtude do surto pandêmico. Neste sentido, obtivemos as seguintes possibilidades de realização:

Unidades de Saúde	Semanal	Mensal	Quadrimestre
Hospital de Campanha - HC (Antigo Regina Pacis)	40	160	640
Hospital Regional de Cacoal - HRC + Hospital de Urgência e emergência Regional de Cacoal - HEURO	40	160	640
Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro - HBAP	60	240	960
Hospital Regional de Extrema - HRC, Hospital Regional de Buritis - HRB e Hospital Regional de São Francisco do Guaporé - HRSF	20	80	320
TOTAIS >>>>>	160	640	2560



4.14.1.4. Assim sendo, cruzando-se as informações das quantidades solicitadas pelas unidades com o número de cirurgias possíveis a serem realizadas por esta secretaria, considerando que, para cada procedimento cirúrgico previsto, temos a utilização, em média, de um dispositivo/insumo. Neste caso, obtivemos as quantidades constantes na tabela do subitem 3.3.1, assim como o constante na SAMS SESAU-CAFIINP (SEI nº 0021438290). Neste caso, apenas dois itens não se enquadram em tal tipo de cruzamento de dados (Qnt Solicitada x Qnt Cirurgias): **item 1** e **item 6** - informados abaixo:

4.14.1.4.1. Quanto ao **item 1 - DISPOSITIVO DE FIXAÇÃO 5MM C/ 25 GRAMPOS ABSORVÍVEIS EM POLIDIOXANONA** - as quantidades se baseiam em 20% do número total de cirurgias, tendo em vista que o dispositivo é para realização de **videolaparoscopia** (é uma técnica que realiza procedimentos com o auxílio de uma câmera ligada a uma ótica que é introduzida através da parede abdominal e os órgãos são manipulados por pinças utilizadas pelo cirurgião) que é indicada em 20% dos casos.

4.14.1.4.2. Quanto ao **item 6 - DISPOSITIVO FIXAÇÃO TELAS REPARO CONVENCIONAL HÉRNIAS PAREDE ABDOM.; HASTE APROX 19 CM DE COMP, ANGULAÇÃO 30°; 20 GRAMOS ABS. VIOLETA, COMPOSTOS DE POLIDIOX., GLICOLIDA E LACTIDA, FORMATO DUPLA ÂNCORA DE 7,2MM DE COMP.** - as quantidades se baseiam na somatória dos itens 13 e 14, pois, a mesma é utilizada apenas nos dois tipos de procedimento.

5.

DO LOCAL E FORMA DE ENTREGA: DO LOCAL/PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO

5.0.1. Os materiais/produtos deverão ser entregues na Central de Abastecimento Farmacêutico de Materiais Hospitalares - CAFII, sito à Rua: Aparício de Moraes, nº. 4378, Bairro - Setor Industrial, CEP: 76824-128 – Porto Velho/RO. No horário comercial das repartições públicas estaduais, **de segunda a sexta-feira das 07:30h às 13:30h**.

5.0.2. Por se tratar de demanda extraordinária e urgente, excepcionalmente serão admitidas entregas de materiais/insumos fora do horário comercial de entrega. Todavia o interessado/fornecedor deverá realizar agendamento prévio, com antecedência mínima de 24 (vinte quatro) horas pelos fone e Whatsapp: (69) 3216-5759 (Jeferson Freitas Lopes ou Reginalda Maia de Sá).

5.1. Do Prazo:

5.1.1. Em razão da quantidade necessária, bem como eventual escassez do produto no mercado, estipula-se condições especiais de fornecimento (conforme orientação prevista na Nota Técnica n. 01-SGCE-2020 - disponível em tzero.tc.br):

- a) 40% do total dos itens em até 15 dias corridos a contar da comunicação da Nota de Empenho;
- b) 30% do total dos itens em até 30 dias corridos a contar da comunicação da Nota de Empenho;
- c) 30% restante dos itens em até 45 dias corridos, a contar da comunicação da Nota de Empenho.

5.1.2. Será permitido ainda mais de um vencedor por item, caso a disponibilidade de entrega imediata ou em prazo menor seja estabelecida, de forma que o atendimento total se dê por fornecimento coletivo das interessadas.

5.1.3. **O Prazo para retirada do empenho:** O prazo para assinatura do contrato e/ou retirada da nota de empenho será de **até 2 (dois) dias úteis** da comunicação ao fornecedor. O mesmo poderá ser feito através do e-mail cafi.requisicao@gmail.com.

5.1.4. Por se tratar de compra emergencial, amparada no Decreto Estadual n. 24.887, de 20 de março de 2020, e atos que o sucedem, visando atender demanda urgente na área da saúde pública, fica o proponente sujeito a seguintes sanções, no caso de atraso na entrega do bem/serviço, após a regular emissão da nota de empenho: **Multa de 1% (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, ou sobre o valor da parcela não adimplida, por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento).**

5.1.5. Somente serão aceitas justificativas de atraso para entrega de bens/serviços acompanhadas de provas materiais das circunstâncias que ultrapassem a capacidade do fornecedor, ou caso fortuito ou força maior, ou de terceiros alheios a vontade do fornecedor.

5.1.6. Após o atraso de 20 (vinte) dias, sem qualquer justificativa por parte do fornecedor, este perderá o direito a entrega, sendo cancelada sua nota de empenho, a aplicada sanção de suspensão do direito de participar de licitações ou de contratar com a Administração Estadual pelo prazo de 01 (um) ano.

5.2. Das Condições de Recebimento de Bens de Consumo:

5.3. Será de inteira responsabilidade da Comissão de Recebimento, inserida na estrutura desta Central de Abastecimento Farmacêutico de Materiais Médico-Hospitalares - CAFII, nomeada pela Secretaria Estadual de Saúde - SESAU/RO, os procedimentos atinentes ao recebimentos e fiscalização das mercadorias, conforme art. 73, inciso II, alíneas "a" e "b" e art. 2º, Lei Federal nº 8.666/93:

5.4. **Provisoriamente:** imediatamente depois de efetuada a entrega, no prazo de até 05 (cinco) dias para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as especificações. O recebimento supramencionado dar-se-á através de recibo apostado na nota fiscal quando da sua entrega.

5.5. **Definitivamente:** após a verificação da conformidade com as especificações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA e conseqüente aceitação, que não poderá exceder 10 (dez) dias, salvo caso devidamente justificado, comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais e conseqüente aceitação.

- 5.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do material, nem ético profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou instrumento contratual.
- 5.7. Os materiais deverão estar acondicionados nas embalagens originais e que estejam na linha de produção atual do fabricante e em perfeitas condições de uso:
- 5.8. **Embalagem** - o material deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde.
- 5.9. **Lote** - O número do(s) lote(s) deverá estar especificado(s) na Nota Fiscal/Fatura por quantidade de cada item/produto entregue.
- 5.10. **Validade do item/produto:** Os materiais devem ser entregues com seus respectivos lotes e data de validade, de acordo com os quantitativos no ato da entrega;
- 5.11. Na entrega do material será observado o controle de qualidade de primeira ordem denominado de macroscópico. Nesse controle são observados os seguintes aspectos:
- Identificação dos lotes e observação do prazo de validade dos produtos;
 - Condições das embalagens protetoras;
 - Observação da presença de precipitados;
 - Observação do cumprimento das especificações legais exigidas para os rótulos;
 - Verificação da existência de bulas;
 - Observação dos aspectos físicos dos produtos (cor, odor, uniformidade, integridade), se há precipitados, presença de corpos estranhos, limpidez, fermentação, vazamento, etc.
- 5.12. Fiscalizar a entrega podendo sustar ou recusar o(s) material(is) entregue(s) em desacordo com a especificação apresentada na proposta de preço ofertado.
- 5.13. Comunicar e notificar por escrito e de forma tempestiva, à(s) CONTRATADA(s) sobre qualquer ocorrência relacionada com a entrega dos materiais e ou nota fiscal.
- 5.14. Se, após o recebimento provisório, for constatado que os materiais foram entregues de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação do contratado, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.
- 5.15. A empresa vencedora de cada item ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o que for recusado por apresentar-se contraditório à Ordem de Fornecimento e/ou distintos dos ofertados, ou qualquer outra coisa que estiver em desacordo com o disposto neste instrumento e seus anexos.
- 5.16. Se o fornecedor vencedor tiver comprovadamente dificuldades para entregar os materiais, dentro do prazo estabelecido, não sofrerá multa, caso informe oficialmente com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, antes de esgotado o prazo inicialmente previsto, apresentando justificativa circunstanciada formal, que deverá ser encaminhada ao Secretário de Estado da Saúde que, por sua vez, decidirá a possibilidade de prorrogação do prazo, ou determinará a cominação das multas cabíveis, que ocorrerá a partir da efetiva notificação.
- 5.17. Depois de esgotado o prazo concedido por este CAFII, aplicará a multa por atraso na entrega de 0,5% ao dia até o limite de 10% sobre a parte inadimplida, e, entendendo necessário, aplicará as sanções administrativas previstas na Lei n° 8.666/93, art. 86 a 88.
- 5.18. O produto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas e demais disposições não sendo permitido à Comissão receber os materiais fora das especificações pré-definidas, salvo por motivo superveniente, devidamente justificado e aceito por esta CAFII.
- 5.19. Não serão aceitos produtos reconicionados, remanufaturados, reciclados, ou outra terminologia empregada para identificar que o produto seja proveniente de reutilização de materiais de toda espécie;
- 5.20. Os materiais deverão atender as normas do Ministério da Saúde/Vigilância Sanitária e demais legislações vigentes, no que concerne a apresentação, inviolabilidade, embalagem, esterilização dos produtos quando indicado;
- 5.21. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da entrega do material, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e/ou acompanhamento pelo órgão interessado, com fulcro no Artigo 70 da Lei Nº 8.666/93;
- 5.22. A aceitação do objeto esta condicionada ao atendimento das especificações mínimas constantes no **item 3.2.2 e SAMS** deste TERMO DE REFERÊNCIA e a proposta da licitante;
- 5.23. Os materiais hospitalares/penso deverão estar acondicionados nas embalagens originais e que estejam na linha de produção atual do fabricante e em perfeitas condições de uso
- 5.24. **Embalagem:** O itens/produtos deverá ser entregue em embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência a outros produtos/corpos estranhos, sem unidade, amassados, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo e com o número de registro emitido pela ANVISA/MS;
- 5.25. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente a CONTRATANTE, decorrente de sua culpa ou dolo quando da entrega do material, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, com fulcro no art.70 da Lei n° 8.666/93
- 5.26. Juntamente com os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF e/ou Comprasnet, inclusive quando houver necessidade de envio de anexo(s), via fac-símile para os números: (69) 3216-5759/3216-5435, ou para o endereço eletrônico: cafii.logistica@gmail.com
- 5.27. Registra-se de ante mão que não serão tolerados/aceitos troca de marca dos itens adquiridos neste pleito.

6. DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:

6.1 - DAS PROPOSTAS:

- 6.1.1. A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) deverá conter a marca do produto ofertado, o fabricante, quantidade por embalagem (ex: caixa com 50 unidades) e procedência do produto (ex: origem Brasil, origem Itália).
- 6.1.2. Seguir estritamente as Especificações Técnicas, onde os materiais deverão estar em conformidade com o que fora solicitado, material de fabricação, tamanho, condições de conservação, etc.
- 6.1.3. A empresa licitante deverá apresentar prospecto(s), e/ou catálogo(s) específico para cada produto ofertado, com descritivos técnicos detalhados com imagem do mesmo, para que a equipe de licitação possa avaliar se o material(s) ofertado(s) atende(m) às especificações e aos requisitos de qualidade prevista neste Termo de Referência.
- 6.1.4. Somente serão considerados prospectos, manuais e/ou catálogos extraídos via internet, se constarem seus endereços eletrônicos conjuntamente com o link devidamente informado.

6.1.5. **O Registro Sanitário do Produto** - Deverá ser entregue junto com a proposta de preços, prova de registro material emitido pela ANVISA/MS, e ou Ministério da Saúde ou de sua isenção (ser for o caso). Base legal: Art. 30, IV, do Diploma Federal nº 8.666/93, bem como no art. 12, da Lei Federal nº 6.360/76, que nos certames que visem à aquisição de Drogas, materiais/insumos hospitalares, Insumos farmacêuticos (art. 16, da Lei Federal nº 6.360/76), Saneantes domissanitários (Art. 16, da Lei Federal nº 6.360/76), Produtos Dietéticos (art. 46, da Lei Federal nº 6.360/76), e demais produtos previstos na Lei Federal nº 6.360/76, que se exija registro dos produtos, como documentos emitidos pela ANVISA, hábeis a comprovar o devido registro, observado o devido prazo de validade."

6.1.6. Para os materiais que possuem legislação de segurança do trabalho, deverá ser apresentado no ato da proposta a apresentação do CERTIFICADO DE APROVAÇÃO - C.A emitido pelo MINISTÉRIO DO TRABALHO.

6.1.7. O local onde estiver impresso o registro deverá estar em destaque e com indicação da referência ao item relativo ao registro.

6.1.8. Exceção ao item anterior se faz para os produtos cujo registro seja expressamente dispensado pela ANVISA, situação que deverá ser comprovada pelo licitante.

6.1.9. A não apresentação do registro, ou do pedido de revalidação do produto (protocolo) implicará na não aceitação da proposta.

6.1.10. Estando o registro do produto vencido, a licitante deverá apresentar documento que comprove o pedido de sua revalidação (protocolo) juntamente com o comprovante de pagamento da taxa de revalidação do referido registro.

6.1.11. Apresentar na proposta, o **código do produto (que faz referência ao produto ofertado) relativo à sua proposta. Este código deverá ser mencionado de forma clara e concisa de modo que possa ser relacionado (identificar) o produto ofertado.**

6.1.12. Caberá ao pregoeiro diligenciar, se, no curso da licitação, depreender indício de que o levantamento prévio de preços padece de fragilidade, a exemplo da disparidade entre o preço inicialmente previsto e o preço ofertado pelos participantes.

6.1.13. Na proposta deverão constar o preço unitário e total, expressos e moeda corrente nacional, nele incluídas todas as despesas com a confecção, impostos, taxas, seguro, frete e embalagem, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venha ocorrer.

6.1.14. As propostas serão processadas e julgadas pelo **MENOR PREÇO POR ITEM por esta Central. de Abastecimento**

6.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

Na Qualificação Jurídica são exigidos os requisitos previstos no Art. 28, da Lei Federal nº. 8.666/93, a fim de garantir a administração que os interessados em fornecer seus produtos, sejam empresas idôneas e devidamente habilitadas para exercer as atividades pertinentes ao objeto desta licitação. Compreendendo os seguintes documentos:

Art. 28. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

I - cédula de identidade;

II - registro comercial, no caso de empresa individual;

III - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

IV - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

V - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Ademais, segue quadro de referência:

ITEM	TIPO EMPRESARIAL	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO*
6.1.a)	Empresário Individual	Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
6.1.b)	Microempreendedor Individual – MEI	Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio http://www.portaldomeendedor.gov.br/ ;
6.1.c)	Sociedade Empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI	Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
6.1.d)	Sociedade Simples	Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
6.1.e)	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte	Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI;
6.1.f)	Cooperativa	Ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971 ;
6.1.g)	Agricultor Familiar:	Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 7.775, de 2012 .
6.1.h)	Produtor Rural	Matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165) .
6.1.i)	Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País	Decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

*Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

6.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

6.3.1. Para fins de aferimento da qualificação técnica, as empresas interessadas em participar do certame, deverão apresentar Atestado de Capacidade Técnica, conforme artigo 3º, inciso III da Orientação Técnica nº 001/2017/GAB/SUPEL:

III – acima de 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) – apresentar Atestado de Capacidade Técnica compatível em características e quantidades, limitados a parcela de maior relevância e valor significativo;

a1. Entende-se por pertinente e compatível em características o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma, contemple a entrega de produtos condizentes com o objeto desta licitação.

a.2 Entende-se por pertinente e compatível em quantidade o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma comprove que a empresa licitante entregou no mínimo 30% (trinta por cento) dos itens em que a empresa apresentar proposta.

a.3 O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, fax, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto e quantidade expressa em unidade ou valor.

a.4 a.4 Sendo o atestado e/ou declaração emitido por pessoa de direito público deverá constar órgão, cargo e matrícula do emitente. (Orientação técnica número 001/2017/GAB/SUPEL de 14/02/2017, publicada no Diário Oficial de Rondônia no dia 24/02/2017 e número 002/2017/GAB/SUPEL de 08/03/2017, publicada no Diário Oficial de Rondônia no dia 10/03/2017).

a.5 Em caso de dúvidas sobre a veracidade do atestado, antecipa-se a diligência prevista no art. 43 parágrafo 3º da Lei Federal 8.666/93 para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de atendimentos, quais sejam: notas fiscais de compra e venda, cópias de contratos, notas de empenho, acompanhados de editais de licitação, dentre outros. Caso não sejam encaminhados, o Pregoeiro os solicitará no decorrer do certame para certificar a veracidade das informações e atendimento da finalidade do Atestado. (Parecer nº 628/2020/SESAU-DIJUR (0013603259) (Orientação técnica número 001/2017/GAB/SUPEL de 14/02/2017, publicada no Diário Oficial de Rondônia no dia 24/02/2017 e número 002/2017/GAB/SUPEL de 08/03/2017, publicada no Diário Oficial de Rondônia no dia 10/03/2017).

6.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA

6.4.1. **Balanco Patrimonial**, referente ao último exercício social, ou o Balanco de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial do Estado, para que o(a) Pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídas a mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídas a menos de um ano), de **5% (cinco por cento)** do valor estimado do item que o licitante estiver participando.

6.4.2. No caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referencias;

6.4.3. Caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item (ns)/lote (s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;

6.4.4. As regras descritas nos itens 6.3.2 e 6.3.3 deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item (ns) /lote (s).

6.4.5. Os interessados/licitantes conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no AREsp n. 309867 deverão apresentar ainda:

a) **Certidão Negativa de Recuperação Judicial** – Lei n.º 11.101/05 (recuperação judicial, extrajudicial e falência) emitida pelo órgão competente, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.

b) Na hipótese de apresentação de Certidão Positiva de recuperação judicial, o (a) Pregoeiro verificará se a licitante teve seu plano de recuperação judicial homologado pelo juízo, conforme determina o art. 58 da Lei 11.101/2005.

6.4.6. Caso a empresa licitante não obtenha acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, a licitante será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

6.5. REGULARIDADE FISCAL:

a) **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta [nº 1.751, de 02/10/2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

b) **Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

c) **Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

d) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto. O licitante deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

e) **Certidão de Regularidade do FGTS**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento

f) **Prova de inscrição** no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;"

g) **Certidão de Regularidade de Débito – CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

7. DAS ESTIMATIVAS DE CUSTOS:

7.1. A pesquisa de preços será oportunamente juntada aos autos pela Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL/RO, entretanto a Central de Abastecimento Farmacêutico II - CAFII, realizou pesquisa por meio eletrônico (Planilha 0021438290) com vistas a estabelecer uma estimativa de custos.

8. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

8.1. As despesas com a aquisição de **Material Médico-Hospitalar (produtos/materiais/insumos médico-hospitalares - Emergencial Covid-19)** serão custeadas por:

a) Projeto/Atividade - PA:

- 17.012.10.302.2034.2442 - Combate à Calamidade Pública - Coronavírus

- 17.012.10.302.2034.2446 - Ações de Prevenção, Contenção, Combate e Mitigação à Pandemia do Coronavírus (Lei Complementar n.

173)

b) Fonte de Recurso:

- 0209: Recursos do Sistema Único de Saúde;

- 0260: Transferências da União, Art. 5º, Inciso I, da Lei Complementar nº 173/2020;

- 0261: Transferências da União, Art. 5º, Inciso I, da Lei Complementar nº 173/2020

c) Elemento de Despesa: 3390-30

9. DO FATURAMENTO:

9.1. Deverão ser apresentadas no ato da entrega dos itens/produtos, as Notas Fiscais/Faturas, emitidas em 02 vias, em favor do:

* **Fundo Estadual de Saúde - RO.**

- * CNPJ Nº: 00.733.062/0001-02
- * Endereço: A. Farquar, 2986 - Bairro Pedrinhas - CEP: 76801470
- * Complemento: Edifício Palácio Rio Madeira (CPA), Anexo: Rio Machado - Reto 4.

9.2. No corpo da Nota Fiscal/Fatura deverá conter:

- * A descrição do material que deve ser pela Denominação Comunicação Brasileira - DCB (Lei 9.787 de 10.02.1999);
- * Lote e respectiva validade dos itens/produtos;
- * Valor unitário do produto de acordo com a nota de empenho
- * Identificação de Número do Processo e identificação da Nota de empenho;
- * Identificação do Banco (código), da Agência Bancária, do Número da Conta Bancária, para fins de pagamento, o qual deverá ser efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega total dos itens/produtos de acordo com a nota de empenho, bem com, das correções fiscais e contábeis, se for o caso;
- * Acompanhado da(s) Nota(s)/Fatura(s) obrigatoriamente deverá seguir em anexo cópia da Nota de Empenho.

9.3. No caso da(s) Nota(s) Fiscal(ais)/Fatura(s) apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a CONTRATANTE se reservará o direito de pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da futura CONTRATADA de representar cobrança, as partes controvertidas com as devidas justificativas, nestes casos, a CONTRATANTE, terá o prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, a partir do recebimento efetuar análise e posterior liquidação/pagamento;

9.4. As Notas Fiscais/Faturas deverão seguir acompanhadas em anexo para análise quanto à liquidação/pagamento dos respectivos comprovantes de:

- * Certidão Negativa de Tributos Federais;
- * Certidão Negativa de Tributos Estaduais;
- * Certidão Negativa do INSS;
- * Certidão Negativa do FGTS;
- * Certidão Negativa de Tributos Municipais;
- * Certidão da Dívida Ativa da União; e
- * Certidão da Dívida Ativa Estadual.
- * Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- * Todas as certidões deverão estar dentro do prazo de validade;
- * As certidões poderão ser verificadas nos sítios eletrônicos.

9.5. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, ensejarão o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.6. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir de data da reapresentação do mesmo.

9.7. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a ADMINISTRAÇÃO, o seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida.

9.8. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

9.9. A administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

9.10. Os eventuais encargos financeiro, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

9.11. A ADMINISTRAÇÃO efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, Decreto Estadual nº 12.205/06 e do Decreto Estadual nº 12.234/06, a contratada que:

- a) Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal;
- f) Não manter a proposta;
- g) Apresentar documento ou declaração falsa.

10.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no artigo 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10 % (dez por cento) sobre a parcela inadimplida.

10.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 1 % (um por cento) sobre o valor adjudicado.

10.4. Consoante ao art. 7º da Lei 10.520/2016, a licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, e será descredenciada no Cadastro de Fornecedores Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, devendo ser incluída a(s) penalidade(s) no SICAF e no CAGEFIMP (Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP, nos termos da Lei nº. 2.414, de 18, de fevereiro de 2011 e Decreto nº. 16089, DE 28 DE JULHO DE 2011).

10.5. A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado e/ou Município, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis,

contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo e, mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial.

10.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

10.7. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

10.8. A sanção denominada "Advertência" só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

10.9. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados a administração ou a terceiros.

10.10. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

10.11. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

10.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.13. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

10.14. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

- a) **Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;**
- b) **Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;**
- c) **Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.**

10.15. A contratada, total e/ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a saber:

I - Advertência, sempre que for constatada irregularidade de pouca gravidade, para as quais tenha a Contratada concorrida diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores do Estado de Rondônia.

II - Multa, cobrada pelo Estado, por via administrativa ou judicial, de acordo com os casos descritos abaixo:

a) Multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, por atraso no fornecimento e por entrega em desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

b) Multa de 10% (dez por cento), na hipótese de inexecução parcial ou total de cada Nota de Empenho, calculada sobre o valor total da inadimplência ou na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas.

c) As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

III - Suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com o Estado de Rondônia e cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral de Fornecedores do Estado de Rondônia, conforme período determinado na Lei 8.666/93 e 10.520/2000, de acordo com a modalidade de licitação.

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

V - As penalidades previstas no subitem 13.15, incisos I, II, III, IV têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Secretaria de Estado da Saúde e Estado de Rondônia.

VI - As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

VII - Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

VIII - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste subitem poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

IX - A sanção estabelecida no inciso IV deste subitem é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação. (Vide art 109 inciso III da Lei Federal nº 8.666/93)

X - Aplica-se os efeitos da penalidade do subitem 13.15, IV à todos os entes Federativo e os efeitos do subitem 13.4 ao Ente Federativo que aplicou a sanção conforme posicionamento do STJ e PGE/RO.

10.16. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer, sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

- a) Desclassificação, se a seleção se encontrar em fase de julgamento;
- b) Cancelamento do Item Empenhado, procedendo-se à paralisação do fornecimento.

10.16.1. O Empenho poderá ser cancelado pela Administração Pública, nos termos do Artigo 24 e 25 do Decreto 18.340/13, quando:

- a) A Vencedora do Item deixar de cumprir total ou parcial as condições estabelecidas neste Termo.
- b) A Vencedora do Item não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;
- c) A Vencedora do Item incorrer reiteradamente em infrações previstas no Edital;
- d) A Vencedora do Item que praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;
- e) Não aceitar reduzir o seu preço classificado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercador ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 87 da Lei 8.666/93 ou no artigo 7º da Lei 10.520/02.
- f) Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado.

10.16.1.1. O cancelamento dos Empenhos nas hipóteses dos itens a), b), c) d), e f), do subitem, 18.16.1, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.16.1.2. O cancelamento do(s) Empenhos nas hipóteses dos subitens acima, 13.16.3.1, 13.16.3.2, 13.16.3.3, 13.16.3.4, 13.16.3.5, acarretará ainda a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.16.1.3. O cancelamento do Empenho poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) **Por razões de interesse público;**

b) **A pedido do fornecedor, desde que devidamente fundamentado e justificando e estando em consonância com a legislação vigente.**

10.17. Incidirão sobre a parte inadimplida do contrato, para efeito de aplicação de multas, as infrações são atribuídas graus, com percentuais de multa, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso.

10.18. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa previa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.19. Após 30 (trinta) dias corridos da falta de execução do objeto será considerada inexecução total do contrato, o que ensejara a rescisão contratual.

10.20. Para efeito de aplicação de multas, as infrações são atribuídas graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA (*)
1	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
2	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso; por ocorrência.	06	4,0% por dia
3	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a entrega dos materiais médicos hospitalares, por cada solicitação (NE).	05	3,2% por dia
4	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
5	Entregar os materiais médicos hospitalares incompletos ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
6	Fornecer informação pérfida referente à entrega dos materiais médicos hospitalares, por ocorrência.	02	0,4% por dia
Para os itens a seguir, deixar de:			
7	Efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à entrega dos materiais médicos hospitalares; por dia e por ocorrência;	05	3,2% por dia
8	Cumprir prazo previamente estabelecido com a fiscalização para fornecimento dos materiais médicos hospitalares; por unidade de tempo definida para determinar o atraso.	03	0,8% por dia
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização; por ocorrência.	03	0,8% por dia
10	Iniciar a entrega dos materiais médicos hospitalares nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos no Termo de Referência; por ocorrência.	02	0,4% por dia
11	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia

***Incidente sobre a parcela inadimplida do contrato.**

11. **DA RESCISÃO CONTRATUAL:**

11.1. A rescisão do Contrato/Empenho ou outros instrumentos hábeis, poderá ter lugar, de pleno direito se:

11.2. Durante a vigência de o contrato ou outros instrumentos hábeis, a empresa CONTRATADA deixar de entregar os materiais solicitados pela CONTRATANTE, de acordo com o que preconiza o art. 77 e 78 da Lei Federal nº 8666/93 de 21 de junho de 1993, podendo a mesma ser unilateral amigável ou judicial, nos termos e condições do art. 79 da referida lei.

11.3. A empresa CONTRATADA receber da CONTRATANTE mais de 2 (duas) advertências formais, comunicando o não cumprimento da entrega dos materiais, sem justa causa, ou prévia comunicação a administração.

11.4. A empresa CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos de rescisão dos art. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

12. **DAS OBRIGAÇÕES**

12.1. **Da Contratada:**

12.1.1. Cumprir com toas as exigências, normas e preceitos previstos na Lei nº 8.666/93. Responsabilizar-se integralmente pelos materiais contratados, nos termos da legislação vigente.

12.1.2. Entregar o objeto desta aquisição emergencial, nas especificações contidas neste Termo.

12.1.3. Entregar o objeto deste termo, na forma e prazo estipulados neste termo de referência.

12.1.4. Entregar o objeto nas quantidades indicadas pelo órgão requisitante em conformidade com a nota de empenho.

12.1.5. Responsabilizarem-se por todos os ônus, encargos, perdas e danos em quando for constatado que tenham sido ocasionados em decorrência do fornecimento do objeto.

12.1.6. Responsabilizar-se pelas providências e obrigações estabelecidas em legislação específica de acidentes trabalho quando em ocorrência de espécie forem vítimas, os seus empregados, no desempenho de suas atribuições ou em contato com eles, ainda que a ocorrência tenha sido nas dependências da **CONTRATANTE**.

12.1.7. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas e todos os tributos incidentes, sem qualquer ônus à **CONTRATANTE**, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em Lei.

12.1.8. Indicar um preposto devidamente habilitado, com poderes para representá-lo em tudo o que se relacionar com o fornecimento objeto do registro.

12.1.9. Os bens deverão ser industrializados, novos e acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas, devendo serem entregues no local indicado pela **CONTRATANTE**.

12.1.10. Responsabilizar-se pelos custos, referentes a frete, impostos e taxas resultantes da execução do fornecimento.

- 12.1.11. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que esta obrigada, conforme acórdão N° 834/2014 - PLENÁRIO TCU.
- 12.1.12. Apresentar o **Alvará Sanitário (Estadual e/ou Municipal)** atualizado, ou cadastramento definitivo emitido por órgão de Vigilância Sanitária local do fornecedor proponente caso o proponente for o fabricante ou detentor do registro do produto no Brasil, no ato da apresentação das propostas.
- 12.1.13. Apresentar **Alvará de Funcionamento (Localização) Municipal** atualizado no ato da apresentação das propostas.
- 12.1.14. Efetuar a entrega dos materiais/insumos hospitalares em perfeitas condições de uso e aplicabilidade, no prazo e locais indicados pela Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia, em estrita observância das especificações do TERMO DE REFERÊNCIA, acompanhado da respectiva fatura (Nota Fiscal) constando detalhadamente as especificações técnicas do produto (lote, validade, descritivo unitário do produto contendo o nome genérico ou fórmula do produto, descritivo valor unitário do produto, valor total do produto).
- 12.1.15. Atender prontamente a quaisquer exigências da Secretaria Estadual de Saúde de Rondônia, inerentes ao objeto da presente aquisição.
- 12.1.16. Comunicar a Secretaria Estadual de Saúde de Rondônia, **no prazo Máximo de 48 (quarenta e oito) horas** que anteceda a data de entrega, apresentando os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 12.1.17. Manter, durante toda a execução da aquisição, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na aquisição.
- 12.1.18. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13,14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 12.1.19. Assumir o ônus e responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação da garantia e qualquer outra (s) contribuição (ões) tributária (s), fiscal (is) e de logística que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- 12.1.20. Cumprir as normativas contidas no Decreto Estadual nº 21.264 (de 20/09/2016), que Dispõe sobre a aplicação do Princípio do Desenvolvimento Estadual Sustentável no âmbito do Estado de Rondônia, conforme disposto no caput, do artigo 3º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e dá outras providências.
- 12.1.21. Cumprir a legislação ambiental nacional, estadual e municipal pertinente ao objeto da licitação nos desempenhos de suas atividades de rotinas.
- 12.1.22. Cumprir em sua totalidade as disposições constantes neste Termo de Referência.

12.2. Da Contratante:

- 12.2.1. Proporcionar todas as condições e facilidades para que o fornecedor possa cumprir com suas obrigações contratuais.
- 12.2.2. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº. 8.666/93.
- 12.2.3. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar as obrigações do licitante vencedor, através do Servidor designado pela Autoridade competente do Órgão, conforme **os termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, o qual discorre que será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.**
- 12.2.4. Receber definitivamente o(s) materiais/insumos hospitalares, disponibilizando local, data e horário.
- 12.2.5. Rejeitar os serviços executados que não atendam as especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA.
- 12.2.6. Efetuar o pagamento à contratada.
- 12.2.7. Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Fatura(s) /Nota(s) Fiscal (is) da contratada, observando ainda as condições estabelecidas no edital deste certame licitatório. Bem como, observar os prazos previstos neste Termo de Referência/Edital.
- 12.2.8. Notificar a empresa, por escrito, sobre as imperfeições, atrasos, falhas ou irregularidades na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias e cabíveis.
- 12.2.9. Prestar as informações e/ou esclarecimentos que venham a serem solicitados pelos profissionais e técnicos da contratada.
- 12.2.10. Deverá os interessados/licitantes submeterem os preceitos do Artigo 57 da Lei 8.666/93.
- 12.2.11. Zelar pelo cumprimento fiel do contrato, adotando medidas necessárias e cabíveis na forma da lei, a fim de resguardar o interesse público.

13. DO PROCEDIMENTO(S) DE FISCALIZAÇÃO:

- 13.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.2. Nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 13.3. O recebimento definitivo de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 13.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE (APLICAÇÃO DO DECRETO ESTADUAL N° 21.264/2016)

- 14.1. Cumprir as normativas contidas no Decreto Estadual nº 21.264 (de 20/09/2016), que Dispõe sobre a aplicação do Princípio do Desenvolvimento Estadual Sustentável no âmbito do Estado de Rondônia, conforme disposto na da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e dá outras providências. Em especial atenção aos Artigos 3º e 6º e 7º, *in verbis*:

DO REGULAMENTO DO PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO ESTADUAL SUSTENTÁVEL

Art. 1º Fica estabelecida a aplicação do Princípio do Desenvolvimento Estadual Sustentável disposto no caput, do artigo 3º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.", no âmbito do Estado de Rondônia.

Art. 2º O Desenvolvimento Estadual Sustentável é Princípio Licitatório, definido como o conjunto de ações, integradas ou não, que tem por objetivo minimizar o impacto ambiental mediante a contratação de bens ou serviços de menor potencial ofensivo ao meio ambiente ou a adoção de medidas de economia de energia elétrica e água ou qualquer outra ação mitigadora dos efeitos negativos ao ecossistema, e deve nortear os procedimentos no âmbito do Poder Executivo do Estado de Rondônia, por meio das regras gerais impostas e regulamentos pertinentes.

Art. 3º Os Órgãos e Entidades da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional deverão observar, em seus procedimentos licitatórios, critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas.

Art. 4º As exigências editalícias não devem resultar na frustração absoluta do caráter competitivo.

CAPÍTULO III

DOS BENS E SERVIÇOS

Art. 6º Quando da aquisição de bens poder-se-á exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I - que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico ou biodegradável;

II - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, e que utilize material reciclável de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

III - que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada.

§ 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante a apresentação de certificação emitida por Instituição Pública Oficial ou Instituição Credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do Edital.

§ 2º O Edital poderá estabelecer que, selecionada a proposta, antes da assinatura do Contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o Órgão ou Entidade contratante poderá realizar diligências a fim de verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada. O Edital deve, ainda, prever que, caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada.

Art. 7º Os Editais para a contratação de serviços deverão prever, quando couber, que as empresas contratadas adotem as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços:

I - usem produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados seguros e atóxicos;

II - evitem o uso de equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

III - realizem um programa interno de treinamento de seus empregados, nos 3 (três) primeiros meses de execução contratual, para a redução de consumo de energia elétrica, de água e de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

IV - realizem a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às Associações e Cooperativas dos Catadores de Materiais Recicláveis que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber; e

V - prevejam a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que os Órgãos ou Entidades contratantes estabeleçam nos Editais e Contratos a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental.

14.2. Cumprir as normativas e legislações concernentes a sustentabilidade ambiental, conforme segue abaixo:

a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

b) que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

c) que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

d) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

14.3. A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

14.4. Os interessados deverão respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

15. DA APLICAÇÃO DO ART. 8º DO DECRETO ESTADUAL Nº 21.675/2017 E DA LEI COMPLEMENTAR 123/2016 - PREVISÃO DE COTA PARA ME/EPP.

15.1. Neste certame **NÃO** serão concedidos os benefícios de até 25% (vinte e cinco por cento) por item, para pequenas empresas, conforme Artigo 8º e parágrafos, do Decreto Estadual 21.675/2017 e Lei Complementar nº 123/2006, quanto a previsão legal de cota para empresas ME/EPP, constantes deste Termo de Referência, devido à necessidade de aquisição emergencial do insumo.

15.2. Destacamos que a presente aquisição está focada na resolução da falta do insumo em questão. Neste caso, qualquer fato que possa **incorrer em atraso** para a solução aqui planejada **passa a ser desconsiderada**.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

16.1. As empresas/Licitantes deverão atender o disposto na RDC nº 185 de 21/10/2001 (Regulamento Técnico que trata do registro, alteração, revalidação e cancelamento do registro de produtos médicos na ANVISA).

16.2. Os materiais/insumos hospitalares adquiridos pela SESAU/RO deverão ser acompanhados de laudos de análise do fabricante para cada lote entregue e sempre que necessário à unidade requisitante poderá solicitar as especificações técnicas do produto, estabelecidas pelo fabricante como padrão de qualidade de seus materiais/insumos hospitalares.

16.3. O contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários aos serviços, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do Contrato para os seus acréscimos, nos termos do Art. 4º - I da Lei nº 14.035, de 11 de agosto de 2020.

16.4. O transporte do (s) materiais/insumos hospitalares (s) deverá obedecer a critérios de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade e quando for o caso, esterilidade dos mesmos. A temperatura exigida no rótulo e bula do produto deverá ser assegurada durante toda a cadeia de transporte e armazenamento do materiais/insumos hospitalares, desde sua produção e nacionalização até a entrega final do produto, no almoxarifado indicado pela SESAU-RO.

16.5. Quando do ato das análises técnicas por ocasião da fase de habilitação, a equipe de análise da secretaria, por qualquer motivo solicitar informações e/ou documentos que possam dirimir ou esclarecer dúvidas relativas aos produtos e/ou propostas, deverá-se-a a empresas/licitantes se designar em atender ao pedido dentro do prazo máximo de 3 (três) dias corridos, sob pena de ter sua proposta desclassificada/inapta. Tal comunicado deverá ser de forma oficial através de documento e/ou via *fac-símile*, do tipo correio eletrônico (e-mail).

- 16.6. Para fins de esclarecimentos de análises técnicas, por ocasião da fase de habilitação das propostas ofertadas, as empresas/licitantes deverão apresentar além do registro específico do produto, cópia das bulas, prospecto, catálogo, link do site para consulta das descrições dos materiais/produtos.
- 16.7. As propostas de preços deverão claramente especificar o fator embalagem de cada produto, uma vez que as análises técnicas, no que diz respeito ao balizamento/parametrização de preços baseiam nesta informação. Caso não haja descrição de tais informações fica por conta e risco do licitante a desclassificação da sua proposta ofertada.
- 16.8. Caso a Licitante envie a sua proposta de preços, contendo mais de duas casas depois da vírgula, a SESAU/RO fará o arredondamento “para menos” (ex: R\$ 12,578; será arredondado para R\$ 12,57).
- 16.9. Nas operações ou prestações internas, relativas à aquisição de mercadorias ou serviços por órgão da administração pública estadual, suas autarquias e fundações, o licitante deverá apresentar sua proposta deduzido o ICMS incidente na operação ou prestação, nos termos do Decreto 2.912 de 29 de dezembro de 2006.
- 16.10. Este certame poderá ser anulado ou revogado a qualquer tempo, no todo ou em parte, por interesse da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SESAU/RO**, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que a Licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no Decreto nº 12.205/2006, dando ciência aos participantes na forma da Legislação vigente.
- 16.11. As empresas/interessadas são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 16.12. Após a apresentação da proposta de preços, não caberá desistência desta, sob pena da Licitante sofrer as sanções previstas no **artigo 7º, da Lei Federal nº. 10.520/2002** c/c as demais normas que regem este certame, salvo se houver motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
- 16.13. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pela **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SESAU/RO**.
- 16.14. A empresa que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta de preços, não assinar/retirar o instrumento contratual, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta de preços, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração e será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do artigo 4º, da sobre dita Lei, **pelo prazo de até 05 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 16.15. Deverão os interessados/licitantes submeterem os preceitos do **artigo 57 da Lei 8.666/93**.
- 16.16. Não poderão participar deste certame, empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:
- Declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV do artigo 87 da Lei 8.666/1993;
 - Impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002;
 - Enquadradas nas disposições no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
 - Suspensas, temporariamente, de participação em licitação e impedidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8666/1993;
 - Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
 - "Fica vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio, tendo em vista o objeto da licitação não ser de grande porte, complexo tecnicamente, e tampouco operacionalmente inviável de ser executado por apenas uma empresa, portanto, não é o caso da aplicação do art. 33, da Lei Federal N. 8.666/93".
 - Sob processo de falência.
- 16.17. Não poderão concorrer direta ou indiretamente neste certame:
- Servidor ou dirigente de órgão ou Entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme art. 9º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93;
 - É vedada a participação de servidor público na qualidade de diretor ou integrante de conselho da empresa licitante, participante de gerência ou Administração da empresa, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário. Conforme preceitua artigo 12 da Constituição Estadual c/c artigo 155 da Lei Complementar 68/92.
- 16.17.1. A Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.
- 16.17.2. Uma Licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso uma Licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas de preços não serão levadas em consideração e serão rejeitadas pela Entidade de Licitação.
- Para tais efeitos entende-se que, fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.
- 16.17.3. Nestes autos processuais não serão concedidos o disposto no art. 23, §7º, da Lei 8.666/1993, tendo em vista o objeto da licitação não ser de grande porte, não complexo tecnicamente, e tampouco operacionalmente inviável de ser executado no que tange permitir ou acatar propostas das quantidades inferiores ao estimado inicialmente, pois corre-se o risco de desabastecimento da rede SUS/RO de itens considerados importantes de urgência e emergência, ou ainda comprar quantidades inferiores que não durem o prazo de 06 meses, o que poderá afetar as unidades de saúde estaduais.
- 16.17.4. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o da Comarca da Capital do Estado de Rondônia.
- 16.17.5. Por se tratar de uma demanda emergencial e atípica, os casos omissos e excepcionais serão analisados e respondidos pelo GAB/SESAU, que analisará os fatos com apoio da PGE/RO e ASTEC/SESAU-RO e dará azo as demandas/contendadas.
17. **ANEXOS:**
- 17.1. **Relatório de Consumo Médio Quadrimestral (0021206705);**
- 17.2. **Relatório de Distribuição Entre as Unidades (0021206706); e**
- 17.3. **SAMS SESAU-CAFIINP (0021438290)**

Porto Velho, data e hora do sistema.

Elaboração:

ALYSSON ANTONIO DE MELLO CARVALHO

Chefe de Núcleo - **Dados e Compras**
CAFII/SESAU-RO

Revisão:

REGINALDA MAIA DE SÁ
Coordenadora Adjunta
CAFII/SESAU-RO

JEFERSON FREITAS LOPES
Coordenador - CAFII/SESAU-RO

Na Forma do que dispõe o Artigo 7º parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, **aprovo o presente Termo de Referência e Anexos, declaro e dou fé.**

NÉLIO DE SOUZA SANTOS
Secretário Adjunto de Estado da Saúde

FERNANDO RODRIGUES MÁXIMO
Secretário de Estado da Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Jeferson Freitas Lopes, Coordenador(a)**, em 20/10/2021, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **NELIO DE SOUZA SANTOS, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 20/10/2021, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0021438346** e o código CRC **B0856071**.



Secretaria de Estado da Saúde - SESAU

SAMS

ÓRGÃO	Central de Abastecimento Farmacêutico de Materiais e Insumos Hospitalares - CAF II			Nº. Processo:	0036.465652/2021-11				
FONTE DE RECURSO:	3209/110	Programa Atividade	4005/4008/4009/4011	Elemento de Despesa - Subelemento:	33.90.30-36				
EXPOSIÇÃO DE MOTIVO:	Atender as unidades: Hospital e Pronto Socorro João Paulo II, Policlínica Oswaldo Cruz, Hospital Regional de Buritis, Hospital Regional de Cacoal, Cemotron, Hospital Infantil Cosme e Damião, Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, Hospital Regional de Extrema, Hospital Regional de São Francisco do Guaporé, AMI, Hospital de Campanha, Mandados Judiciais, SAMD, Centro de Diálise de Ariquemes e LACEN para o período de 04 (quatro) meses.				REFERENTE: Solicitação das Unidades				
TELAS									
ITEM	ESPECIFICAÇÃO			UND	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	PÁGINA PESQUISADA
1	DISPOSITIVO DE FIXAÇÃO DE 5MM COM 25 GRAMPOS ABSORVÍVEIS EM POLIDIOXANONA.			UNIDADE	670				
2	DISPOSITIVO PARA REPARO DE HÉRNIA INGUINAL, 100% POLIPROPILENO, COMPOSTO POR: TELA ANTERIOR (LARGURA: 4,5 CM; COMPRIMENTO: 10 CM); CONECTOR (DIÂMETRO: 1,9 CM; ALTURA: 1,3 CM) E TELA POSTERIOR (DIÂMETRO: 10 CM).			UNIDADE	70				
3	DISPOSITIVO PARA REPARO DE HÉRNIA INGUINAL, 100% POLIPROPILENO, COMPOSTO POR: TELA ANTERIOR (LARGURA: 4,5 CM; COMPRIMENTO: 10 CM); CONECTOR (DIÂMETRO:			UNIDADE	70				

	1,9 CM; ALTURA: 1,3 CM) E TELA POSTERIOR (DIÂMETRO: 7,5 CM)						
4	DISPOSITIVO PARA REPARO DE HÉRNIA UMBILICAL, PARCIALMENTE ABSORVÍVEL, COM 4,3 CM DE DIÂMETRO, COMPOSTO POR: TELA DE POLIPROPILENO COM CAMADAS DE TELAS POLIDIOXANONA E CELULOSE OXIDADA REGENERADA	UNIDADE	45				
5	DISPOSITIVO PARA REPARO DE HÉRNIA UMBILICAL, PARCIALMENTE ABSORVÍVEL, COM 6,4 CM DE DIÂMETRO, COMPOSTO POR: TELA DE POLIPROPILENO COM CAMADAS DE TELAS POLIDIOXANONA E CELULOSE OXIDADA REGENERADA	UNIDADE	50				
6	DISPOSITIVO DE FIXAÇÃO DE TELAS PARA REPARO CONVENCIONAL DE HÉRNIAS DA PAREDE ABDOMINAL COM HASTE DE APROXIMADAMENTE 19 CM DE COMPRIMENTO E ANGULAÇÃO DE 30°, COM 20 GRAMPOS ABSORVÍVEIS NA COR VIOLETA, COMPOSTOS DE POLIDIOXANONA, GLICOLIDA E LACTIDA, COM FORMATO DE DUPLA ÂNCORA MEDINDO 7,2MM DE COMPRIMENTO.	UNIDADE	50				
7	TELA CIRÚRGICA PLANA CONFECCIONADA EM 100% POLIPROPILENO MONOFILAMENTADO, NÃO ABSORVÍVEL E SINTÉTICO, ALONGAMENTO PRÓPRIO EM AMBOS OS SENTIDOS, PODENDO SER CORTADA DE QUALQUER FORMA, SEM RISCO DE DESFIAR. TAMANHO 7,5 X 15 CM.	UNIDADE	70				
8	TELA CIRÚRGICA PLANA CONFECCIONADA EM 100% POLIPROPILENO MONOFILAMENTADO, NÃO ABSORVÍVEL E SINTÉTICO, ALONGAMENTO PRÓPRIO EM AMBOS OS SENTIDOS, PODENDO SER CORTADA DE QUALQUER FORMA, SEM RISCO DE DESFIAR. TAMANHO 15CM X 15 CM.	UNIDADE	70				
9	TELA CIRÚRGICA PLANA CONFECCIONADA EM 100% POLIPROPILENO MONOFILAMENTADO, NÃO ABSORVÍVEL E SINTÉTICO, ALONGAMENTO PRÓPRIO EM AMBOS OS SENTIDOS, PODENDO SER CORTADA DE QUALQUER FORMA, SEM RISCO DE DESFIAR. TAMANHO 30 CM X 30 CM.	UNIDADE	40				

10	TELA PLANA DE 50% POLIPROPILENO MONOFILAMENTADO NAO ABSORVIVEL E 50% POLIGLECAPRONE ABSORVIVEL, PARCIALMENTE ABSORVIVEL, MEDINDO 15CM X 15 CM.	UNIDADE	90				
11	TELA PLANA DE 50% POLIPROPILENO MONOFILAMENTADO NAO ABSORVIVEL E 50% POLIGLECAPRONE ABSORVIVEL, PARCIALMENTE ABSORVIVEL, MEDINDO 30 CM X 30 CM	UNIDADE	50				
12	TELA PLANA DE 50% POLIPROPILENO MONOFILAMENTADO NAO ABSORVIVEL E 50% POLIGLECAPRONE ABSORVIVEL, PARCIALMENTE ABSORVIVEL, MEDINDO 6 CM X 11 CM.	UNIDADE	60				
13	TELA SEPARADORA DE TECIDOS DESTINADA AO REPARO CONVENCIONAL DAS HÉRNIAS DA PAREDE ABDOMINAL, COMPOSTA DE POLIPROPILENO DE BAIXA GRAMATURA E POLIDIOXANONA, COM POROS DE APROXIMADAMENTE 2.4MM, REVESTIDA NA FACE VISCERAL POR UM FILME ABSORVÍVEL DE POLIGLECAPRONE 25, COM BOLSO PARA FIXAÇÃO. A TELA TEM FORMATO HEXAGONAL COM MEDIDAS 20CM x 30CM	UNIDADE	25				
14	TELA SEPARADORA DE TECIDOS DESTINADA AO REPARO CONVENCIONAL DAS HÉRNIAS DA PAREDE ABDOMINAL, COMPOSTA DE POLIPROPILENO DE BAIXA GRAMATURA E POLIDIOXANONA, COM POROS DE APROXIMADAMENTE 2.4MM, REVESTIDA NA FACE VISCERAL POR UM FILME ABSORVÍVEL DE POLIGLECAPRONE 25, COM BOLSO PARA FIXAÇÃO. A TELA TEM FORMATO HEXAGONAL COM MEDIDAS 25CM x 37,5CM	UNIDADE	25				
15	TELA SEPARADORA DE TECIDO PARCIALMENTE ABSORVÍVEL, COMPOSTA DE POLIDIOXANONA, CELULOSE OXIDADA REGENERADA, POLIPROPILENO BIOCAMPATIVEL, MEDINDO 15 CM X 15 CM, EMBALAGEM PRIMÁRIA ALUMINIZADA	UNIDADE	50				
16	TELA SEPARADORA DE TECIDO PARCIALMENTE ABSORVÍVEL, COMPOSTA DE POLIDIOXANONA, CELULOSE OXIDADA REGENERADA, POLIPROPILENO BIOCAMPATIVEL, MEDINDO 30,5 X 30,5 CM, EMBALAGEM PRIMÁRIA ALUMINIZADA	UNIDADE	30				

17	TELA POLIÉSTER MULTIFILAMENTAR DUPLA FACE COM BARREIRA ABSORVÍVEL PARA PREVENÇÃO DE ADERÊNCIAS EM CIRURGIAS INTRAPERITONEAIS. TELA COMPÓSITA CONSTITUÍDA POR POLIÉSTER MULTIFILAMENTAR TRIDIMENSIONAL PARA O REFORÇO DAS PAREDES, REVESTIDA COM UMA PELÍCULA ABSORVÍVEL, CONTÍNUA E HIDRÓFILA NUMA DAS FACES. TAMANHO 15 X 15 CM.	UNIDADE	45				
18	TELA POLIÉSTER MULTIFILAMENTAR DUPLA FACE COM BARREIRA ABSORVÍVEL PARA PREVENÇÃO DE ADERÊNCIAS EM CIRURGIAS INTRAPERITONEAIS. TELA COMPÓSITA CONSTITUÍDA POR POLIÉSTER MULTIFILAMENTAR TRIDIMENSIONAL PARA O REFORÇO DAS PAREDES, REVESTIDA COM UMA PELÍCULA ABSORVÍVEL, CONTÍNUA E HIDRÓFILA NUMA DAS FACES. TAMANHO 30 X 20 CM.	UNIDADE	30				

VALOR TOTAL =====>

CARIMBO CNPJ DA EMPRESA	LOCAL/DATA:	RESPONSÁVEL PELA COTAÇÃO	USO EXCLUSIVO DA SESAU	VALOR DA PROPOSTA:
	FONE:	E-MAIL:		VALIDADE DA PROPOSTA:
	BANCO:	ASSINATURA:		PRAZO DE ENTREGA:
	AGÊNCIA:			
C/C:				



Documento assinado eletronicamente por **Jeferson Freitas Lopes, Coordenador(a)**, em 19/10/2021, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **NELIO DE SOUZA SANTOS, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 20/10/2021, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0021438290** e o código CRC **78D9C5AC**.

Referência: Caso responda este(a) SAMS, indicar expressamente o Processo nº 0036.465652/2021-11